

CARTA ABERTA AOS

CANDIDATOS E CANDIDATAS MUNICIPAIS



Pacto pela
Sustentabilidade dos
Municípios e Qualidade
de Vida Urbana



Este documento contém as propostas do CAU/RS para as candidaturas que disputam as eleições municipais, em complemento à Carta Aberta aos Candidatos Municipais emitida pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Ele apresenta sugestões alinhadas com a situação particular por que passam as cidades do Rio Grande do Sul após o desastre climático deste ano.

A Arquitetura e o Urbanismo tem como principal foco a **melhoria da qualidade de vida das pessoas e populações** através do planejamento e da construção de espaços que vão desde a residência familiar até a escala regional, passando pela organização de bairros, planos de mobilidade etc.

As eleições deste ano **precisam ter como ponto de partida as consequências das enchentes de maio**. O evento climático extremo que atingiu o Rio Grande do Sul, com um impacto sem precedentes em termos de território e população, foi agravado pela gestão pública ineficiente e tornou públicos aspectos preocupantes.

Este episódio **expôs a falta de recursos humanos e financeiros para os serviços públicos de Defesa Civil** - que atuaram, junto com a população, na base do heroísmo pessoal. Da mesma forma, mostrou o resultado de **anos de gerenciamento urbano mal feito e sem critério**, com desprezo pela boa técnica e ignorando os alertas sobre as graves consequências da flexibilização do desmatamento, da instalação de moradias em áreas de risco, etc.

Infelizmente, podemos afirmar que **se não mudarem as práticas de gestão do território** e de produção dos espaços urbanos, **eventos desta dimensão serão cada vez mais frequentes nas nossas cidades** - e o futuro aponta para novas tragédias. Emergências climáticas, em maior ou menor escala, serão constantes. Mas **essas tragédias podem ser evitadas** através da correta gestão das cidades e das regiões, prevendo e atuando a tempo de evitar desastres.

Recentemente, apresentamos aos governos estadual e federal um documento contendo propostas para enfrentar a crise provocada pelas enchentes. Incorporamos algumas delas nesta lista agora dirigida às candidaturas nestas eleições municipais:

- **Revisão dos Planos Diretores municipais**, considerando a urgência e importância do mapeamento e da revisão das áreas de risco e condicionantes de vulnerabilidade ambiental de seus territórios e a implantação de dispositivos de monitoramento, em consonância com a Lei 14.904/2024, que estabelece **diretrizes para a elaboração de planos de adaptação à mudança do clima**, e com a Resolução nº3/2024 do Conselho da Federação, que estabelece o **Compromisso para o Federalismo Climático**;
- **Vinculação dos Planos Diretores às leis orçamentárias do município**, conforme prevê o Estatuto da Cidade;
- Implantação em caráter permanente de **escritórios públicos de assistência técnica** como meio adequado de atendimento às necessidades habitacionais da população para desenvolver soluções de reforma, construção e acompanhamento de obras, em atendimento à Lei 11.888/2008 (Lei da ATHIS), e também para atender necessidades urgentes e permanentes de reconstrução e qualificação de espaços públicos;

- Inclusão e **participação efetiva de representantes das entidades técnicas** nos conselhos municipais de Planejamento Urbano;
- **Capacitação permanente dos gestores municipais e do quadro técnico** em planejamento urbano e ambiental e gestão do território e criação e/ou manutenção de órgãos técnicos que possam tratar destes assuntos de forma adequada;
- **Observância rigorosa da legislação urbana e ambiental** visando a sua real implementação, baseada em estudos técnicos, com a adoção de estratégias de infraestrutura urbana sustentáveis;
- Fortalecimento efetivo dos **sistemas de Defesa Civil e Gestão de Riscos dos municípios** e atenção ao artigo 42-b do Estatuto da Cidade, que orienta a realização de zoneamento de áreas de risco;
- Atenção especial à **preservação do patrimônio cultural edificado e imaterial** na elaboração de legislações integradas aos planos diretores, bem como a garantia da participação popular por meio de conselhos consultivos que integram órgãos públicos e representantes da sociedade civil como forma de garantir a necessária representatividade das etnias, gêneros e das diferentes manifestações que compõem a sociedade brasileira;
- Promoção da **inovação e do uso adequado das tecnologias** e do fomento à pesquisa nos temas referentes ao planejamento e desenho urbano das cidades;
- Promoção de **parcerias institucionais com as universidades locais**, utilizando o saber científico na produção de dados e apoio a tomada de decisão, a partir do entendimento da importância da ciência e da educação de qualidade;
- Garantia da **participação e valorização dos profissionais de arquitetura e urbanismo nas secretarias e órgãos de planejamento**, visto que a profissão se caracteriza a partir de uma formação consistente, em teoria e prática consolidadas no território, a partir de problemas reais, que são, portanto, pertinentes às demandas da sociedade;
- Assistência efetiva e ágil na **reconstrução de comunidades que sistematicamente são marginalizadas e afetadas pelo racismo ambiental**, como quilombos, comunidades indígenas, pessoas em situação de rua, catadores, e demais pessoas em situação de vulnerabilidade;
- Atuação ativa para a **melhoria da acessibilidade, mobilidade e caminhabilidade** das cidades;
- **Articulação dos municípios** para criação de políticas regionais, através de consórcios de planejamento ou de órgãos regionais de planejamento;
- Convocação imediata, como um dos primeiros atos do mandato, de **conferências municipais preparatórias para a 6ª Conferência Nacional das Cidades** como forma de garantir a participação popular nas decisões sobre a cidade.

Por fim, sabemos que, em todo o mundo, numerosas cidades têm dedicado consideráveis recursos para desenvolver **planos de ação com o objetivo proteger seus habitantes diante de eventos climáticos extremos**, os quais se tornam cada vez mais frequentes. Este contexto de urgência e necessidade de planejamento e implementação de ações não é diferente nas cidades gaúchas. Torna-se urgente **implementar estratégias inteligentes, com diferentes escalas e abordagens**, que reconheçam a urgência da situação como uma **oportunidade para promover a transformação social** e a regeneração do espaço urbano.



CARTA ESTADUAL
CAU/RS
BAIXE A
VERSÃO .PDF



CONHEÇA TAMBÉM
CARTA NACIONAL
CAU/BR



CAU/RS

Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Rio Grande do Sul